



Margem do rio Madeira, que tem registrado balsas de garimpo de ouro operando ilegalmente, em frente à cidade de Humaitá, no Amazonas Lalo de Almeida/Folhapress

Na 'terra de Mourão', garimpo ilegal atua no AM sob vista grossa do Exército

Operação Verde Brasil 2 envia informações contraditórias sobre o combate à atividade na região

Fabiano Maisonnave e Lalo de Almeida

HUMAITÁ (AM) Apesar de a espessa fumaça dos incêndios florestais atrapalhar a visão, não há como perder a cena: diante da orla de Humaitá, no sul do Amazonas, dezenas de balsas de garimpo de ouro operam ilegalmente no rio Madeira, 24h por dia.

A atividade ocorre a algumas centenas de metros do 54º Batalhão de Infantaria de Selva do Exército, uma das unidades participantes da Operação Verde Brasil 2, iniciativa do governo Jair Bolsonaro de combate a crimes ambientais na Amazônia.

Com uma longa tradição de garimpo e um histórico de resistência violenta à fiscalização, Humaitá, a 700 km de Manaus, guarda outra particularidade. Trata-se da terra natal da família paterna do vice-presidente, o general do Exército Hamilton Mourão, responsá-

vel pela Verde Brasil 2.

A repressão ao garimpo já provocou reações fortes. Em outubro de 2017, os escritórios e os veículos do Ibama e do ICMBio na cidade foram incendiados por garimpeiros revoltados com uma operação que destruiu balsas.

Quase três anos depois, os órgãos continuam fechados. A sede do Ibama está tomada pelo matto, enquanto o ICMBio apenas reformou o prédio do seu escritório, que era alugado.

Livres dos órgãos ambientais federais e sem a intervenção do Exército, ao menos 70 balsas extraíam ouro no trecho do Madeira que corta Humaitá no final de agosto, quando a reportagem esteve na região. Por se tratar de um rio interestadual, a fiscalização é do governo federal.

A atividade de garimpo no Madeira dura cerca de quatro meses, durante o período de seca. Moradores da cidade dizem que a presença de balsas

aumentou neste ano, em meio à subida do preço do ouro e à ausência de fiscalização.

No final de junho, a Operação Verde Brasil 2 lacrou algumas balsas, de acordo com relatos da imprensa local. O operativo, porém, não teve impacto maior, e a atividade foi logo retomada. Depois, apenas a Marinha apareceu para retirar as balsas do canal de navegação, sem im-

pedir a extração do ouro, de vez em quando, e volta para o rio.

Nesta terça-feira (8), o Exército enviou à reportagem duas notas com números divergentes sobre o combate ao garimpo. Um balanço da 17ª Brigada de Infantaria de Selva, com sede em Porto Velho, afirma que, em quatro meses, foram apreendidas apenas seis balsas de garimpo na região, que inclui Rondônia, Acre e o sul do Amazonas. Não há detalhes de datas ou locais.

Já uma resposta enviada pelo Comando Militar da Amazônia informou que a mesma operação apreendeu 93 dragas (balsas) de garimpo, das quais 27 entre os dias 3 e 5 de setembro. A localização das balsas tampouco foi informada.

Em ambos os balanços, não há relato de ouro apreendido. Rudimentares, as balsas de estrutura de madeira e teto de palha usam uma mangueira para aspirar o fundo do rio. A

água enlameada escorre por um tapete, que retém o pó fino de ouro, e volta para o rio.

Esse movimento provoca o surgimento dos "arrotos", acúmulos de sedimento que dificultam a navegação e seriam responsáveis pela erosão das margens. Há várias dessas ilhotas no trecho do rio que atravessa Humaitá.

Dentro da balsa, o forte barulho do motor, que expõe um cheiro de óleo diesel, obriga a conversar aos gritos. Para separar o ouro, os garimpeiros usam mercúrio. A queima é feita dentro do cadinho, um equipamento parecido a uma pequena panela que consegue reter a maior parte do metal líquido, guardado para reutilização.

Diferentemente do que ocorre em outras partes da Amazônia, o garimpo tem empregado principalmente ribeirinhos da própria região. É o caso de Elanjo de Souza, 39, funcionário de uma das bal-

tas perto de Humaitá junto de dois filhos adolescentes.

"Aqui em Humaitá, está todo mundo liso", diz Souza. "A época do garimpo é quando corre o dinheiro na cidade."

Com os bicos na cidade, ele ganha no máximo R\$ 500 por semana. No garimpo, varia de R\$ 1.000 a R\$ 3.000 semanais.

Os garimpeiros afirmam que cada uma das balsas está produzindo de 50 a 70 gramas de ouro por semana. Quando a produção cai para baixo de 40 gramas, já é hora de procurar outro lugar.

Alfabeto, Souza também pescava e plantava, mas abandonou essas atividades três anos atrás. Ele afirma que os peixes sumiram e as enchentes ficaram mais fortes depois da inauguração das usinas Jirau e Santo Antônio, um projeto iniciado durante o governo Lula (PT).

"Com a usina, fracassou o peixe. Não é mais o que era antes. O peixe vai e vem. Quando chega à barragem, como vai passar?", afirma Souza. "Até as plantas não geram mais. Antes, era melancia, milho, tabaco. Agora, a enchente fica mais alta e mata tudo."

Pesquisa realizada em um dos afluentes do rio Madeira mostra que os peixes têm índices de mercúrio acima do permitido pela OMS (Organização Mundial da Saúde), de acordo com Marcelo Rodrigues dos Anjos, coordenador do Laboratório de Ictiologia e Ordenamento Pesqueiro do Vale do Rio Madeira da Ufam (Universidade Federal do Amazonas).

"A gente acredita que grande parte do pescado da bacia do Madeira esteja contaminado", afirma Anjos.

A origem da contaminação de mercúrio, no entanto, não se restringe ao garimpo, segundo o pesquisador. Outra fonte importante são as crescentes queimadas na região, associadas ao desmatamento.

"O mercúrio está no solo, é removido, volatilizado e acaba, por meio de chuvas, sendo depositado nos rios", afirma. Na água, o metal contamina principalmente animais no topo da cadeia.

Para Anjos, o melhor caminho é a regularização do garimpo. "A ilegalidade promove um impacto muito maior. O que se deveria fazer é regular, por meio de cooperativas de garimpeiros, e criar protocolos de que eles possam seguir a fim de minimizar o impacto previsto da atividade."

A reportagem da Folha procurou o Ibama, que seria responsável por um eventual licenciamento ambiental, mas não houve resposta até a conclusão desta edição.



Em extinção, 4.000 araucárias darão lugar a torres de energia no PR

Katna Baran

CURITIBA Área equivalente a mais de 220 campos de futebol de vegetação nativa, incluindo 4.000 araucárias, árvore símbolo do Paraná e ameaçada de extinção, está sendo derrubada para a passagem de torres de transmissão de energia elétrica pelo estado.

O projeto prevê 1.000 km de linhas cortando 24 municípios e ainda passa pela Escarpa Devoniana, formação protegida do território paranaense.

A obra, em fase inicial, é conduzida pela Engie, multinacional francesa que venceu o leilão de 2017 da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) para reforçar o sistema energético do país. Segundo a empresa, o projeto, intitulado Gralha Azul (ave símbolo do Paraná e uma das espécies dispersoras do pinhão), movimentará R\$ 2 bilhões e gerar 4.000 empregos diretos.

Mas entidades de proteção ambiental apontam supostas irregularidades nas licenças.

A denúncia aos promotores foi feita pelo Observatório Justiça e Conservação (OJC), que aponta falta de transparência

no processo de concessão e incoerências nos levantamentos apresentados pela Engie, segundo análise feita pela Universidade Federal do Paraná.

Para especialistas, os pedidos da empresa aos órgãos responsáveis pelas autorizações, principalmente o IAT (Instituto Água e Terra), desconsideram vários impactos. Eles teriam sido feitos "para cumprir tabela", na visão de Eduardo Vedor, doutor em geografia e um dos que firmam o estudo.

A Engie nega as acusações e destaca que tem todas as licenças para continuar trabalhando. O projeto deve ser finalizado em cerca de um ano.

O traçado das linhas é um dos questionamentos ambientais. A empresa teria evitado passar por terrenos privados, que demandariam indenização a proprietários. O projeto atinge a área em que o engenheiro florestal Leandro Scheppira pratica o reforestamento em Campo Largo, região metropolitana de Curitiba. Em maio, ele gravou em vídeo sua indignação. "Ver a derrubada de espécie altamente ameaçada dá o sentido contrário, o de que o que res-



Tronco de araucária derrubado no Paraná para a passagem de torres de transmissão de energia elétrica Leandro Scheppira - mai.2020

ta é continuar depredando e derrubando tudo." No PR, resta menos de 0,8% de área contínua e conservada de araucárias, associadas a biomata atlântica. A espécie cobria 220 mil km². O estado abriga o Parque Nacional dos Campos Gerais, maior floresta de araucárias protegida no mundo.

Outra área impactada é a do turismo. O estudo da UFPR diz que o cenário paisagístico pode ficar comprometido. Os ambientalistas afirmam ainda que, pela extensão de vegetação a ser derrubada, o Ibama deveria ter sido consultado, o que não teria ocorrido.

Em nota, o IAT afirmou que, como a obra não ultrapassa os limites do PR, o licenciamento ambiental compete ao órgão e que os estudos necessários foram apresentados pela empresa e tiveram a anuência do instituto. O Ibama não respondeu aos contatos da Folha até a conclusão desta edição.

Para os ambientalistas, houve negligência na análise de impactos no patrimônio arqueológico e das comunidades do local. O Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), sem detalhar pla-

nos de preservação, disse que os sítios arqueológicos sob impacto direto do estudo sendo resgatados e os atingidos indiretamente, cadastrados, sinalizados e protegidos.

Quanto às comunidades, a Fundação Palmares disse que o processo de licenciamento das torres atendeu aos trâmites legais do órgão e que os planos de mitigação foram "elaborativamente elaborados pelas comunidades" quilombolas.

"Batizar esse projeto de Gralha Azul é afronta ao povo do Paraná. Esse obscurantismo dos governos é o verdadeiro 'passando a boiada'", disse o diretor-executivo do OJC, Giem Guimarães, citando a frase do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles.

O MP tenta esclarecer os pontos questionados junto à empresa, mas não excluiu uma ação. Para o promotor Alexandre Gato, o edital da Aneel não destacou as particularidades da área. Procurada, a agência disse que responde ao MP, mas não disponibilizou a informação. Já a Engie diz que 7% da área atingida tem araucárias — cerca de 15 campos de futebol.